

ROBERTO MACEDO

ESTADO DE SÃO PAULO

A economia e o governo na Olimpíada



O timão de todo o Brasil não consegue pensar coletivamente, acertar o País

Ainda que nem sempre percebida, há uma enorme dimensão econômica nos Jogos Olímpicos, expressa nos custos de instalações e das atividades de Atlanta, na preparação dos atletas, nos patrocínios, nos direitos de transmissão, nos anúncios e tudo mais. Coisa de bilhões de dólares.

O amadorismo e os bons princípios foram corroídos no processo. Como lembra *The Economist*, lá se foram os tempos em que o pastor religioso Eric Liddell se mandou da Escócia para Paris para correr na Olimpíada de 1924, e lá, como lembram os muitos fãs do belíssimo filme *Carruagens de Fogo*, sofreu muito ao se debater com o seu princípio de não correr aos domingos. Há gente querendo voltar aos velhos tempos, mas acho uma guerra perdida.

Já que são o que são, vou usar os Jogos Olímpicos como metáfora para disputas de caráter econômico entre os países. Em matéria de globalização, as Olimpíadas se anteciparam à corrida pela competitividade e pelos produtos mundiais de fabricação transnacional, impulsionada pela tecnologia, pela mobilidade do capital e pelo avanço dos meios de comunicação em geral, e revelaram a globalização econômica como um fenômeno mais recente. Na economia, hoje, o que vale mesmo é competir, e não basta ser bom. É preciso ser o melhor. A final da corrida dos 100 metros, com todos os atletas regis-

trando tempos inferiores a 10 segundos, ilustra como a competição precisa ser enfrentada nas disputas por mercados.

Mas é preciso competir na sua categoria, ou seja, naquela em que somos mais competentes ou temos o que os economistas chamam de vantagens comparativas, como no caso da soja, do suco de laranja e dos produtos siderúrgicos. Assim, no futebol masculino é óbvio que temos

mais chances. Somos também bons de vôlei, que se desenvolveu muito nas duas últimas décadas, e no vôlei de praia. Com o clima, o mar e as areias que temos, ocupadas na maior parte do ano por muitos praticantes, o desenvolvimento dos talentos é facilitado.

No judô, em parte como resultado do know-how difundido pela colônia japonesa, temos também gente boa. Mas mesmo aí é preciso estar atento à classificação do produto. Veja-se o caso da Edinanci, a nossa judoca que não rima com dondoca. Com problemas de peso, saiu do limite superior da categoria dos meio-pesados para o limite inferior dos pesados e aí, como disse um jornal popular, foi amassada por uma jamanta russa de peso e dimensões muito maiores.

E há que respeitar as regras do jogo. Na Organização Mundial de Comércio, o Comitê Olímpico do comércio internacional, o que os japoneses estão reclamando agora é que o Brasil está dopando a sua indústria automobilística

com tarifas excessivamente protecionistas. Mas está mesmo? Já tivemos problemas com juizes que passaram nossos atletas para trás com sua particular interpretação dessas regras, nem sempre pelo lado honesto.

Pode-se também, como no caso da natação, escolher uma área, desenvolver talentos e aprimorá-los de forma científica. Isso custa dinheiro, que nesse caso veio da mala dos Correios. A Embraer já mostrou que podemos exportar coisas sofisticadas como aviões e, se for bem arrumada, poderá continuar fazendo isso. Mas é melhor deixar a mala do governo de fora desse negócio, exceto como comprador de aviões, se forem bons e a bom preço.

Já as meninas no futebol mostram as dificuldades de competir com produto ainda não bem desenvolvido para o mercado. Assim, não adianta embrulhá-lo numa embalagem boa — a camiseta do tetra —, porque gente experiente como as chinesas, escolhidas entre as 20 milhões que praticam o esporte no país, acabam encontrando as fraquezas do produto.

Quando ensinamos os outros a fazer as coisas, corremos o risco de encontrar concorrentes pela frente, tal como no futebol, no caso do Japão. A natureza nos deu a borraça, mas ela foi levada daqui por gente que aprendeu a cultivá-la melhor e a um custo mais baixo. Perdemos para a Malásia e outros países e praticamente sumimos dessa competição.

E o tal custo Brasil, representado por ineficiências portuárias, impostos elevados e em cascata, juros estratosféricos e tudo o mais, que reduzem a competitividade das exportações e tornam

mais atrativas as importações? Aí é querer que o Gustavo Borges ganhe medalhas usando um daqueles cintos de chumbo utilizados por escafandristas. Aliás, acabaram de criar mais um peso, a CPMF. Dizem que é leve, mas vai significar dólares e centavos de custos a mais, que poderão retirar produtos e serviços da competição.

De um modo geral, estamos bem nos esportes coletivos, com 5, 6 ou 11 jogadores. Precisamos avançar essa organização para times maiores, como o do presidente e seus ministros, os 500 e tantos congressistas e não sei quantos juizes. E mais: o timão de todo o Brasil não consegue pensar coletivamente, acertar o País, em particular o seu setor público, e definir um rumo. Um técnico no assunto, o historiador inglês Hobsbawm, já diagnosticou bem o problema, ao perceber que os indivíduos e as empresas se adaptam com muito maior facilidade aos desafios da globalização e da competição do que o governo e as instituições públicas.

É aí que estamos realmente mal. Numa olimpíada de organização institucional e governamental, seríamos candidatos a lanterninha. Enquanto não nos tornarmos competitivos também nisso, nossos atletas econômicos e nossos esportistas também serão prejudicados. Continuaremos vendendo alguma coisa e ganhando algumas medalhas. Estamos até melhorando, mas pelo potencial do País, tolhido pela tal irracionalidade coletiva, o desempenho ainda é medíocre.

■ Roberto Macedo é economista formado pela USP, com mestrado e doutorado pela Universidade de Harvard (EUA)